

Ricardo Salles cai em meio a escândalo de compra superfaturada de vacinas

Deixando um legado de destruição e alvo de investigações por suspeita de crimes ambientais, Ricardo Salles foi exonerado na tarde desta terça-feira, 23, e não é mais ministro do Meio Ambiente. A demissão, publicada em uma edição extra do Diário Oficial da União (DOU), teria sido um pedido de Salles. No seu lugar assume Joaquim Álvaro Pereira Leite, ex-conselheiro de uma entidade ruralista e que é apontado como igual ou pior que o ex-ministro.

A saída de Salles coincide com a repercussão escandalosa da compra superfaturada da vacina indiana Covaxin. Em entrevista ao jornal O Globo, o servidor da Saúde, Luis Ricardo Fernandes Miranda deu detalhes de uma reunião com Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada para denunciar pressão para agilizar o processo de importação da vacina indiana. A situação é alvo de investigação do Ministério Público Federal (MPF) e da CPI da Covid no Senado Federal.

Outro servidor público, o ex

-superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Saraiva, responsável por enviar notícia-crime contra Salles em abril, comentou a exoneração do ministro no Twitter com mensagem que lembra a importância da estabilidade para o setor público, ameaçada pela famigerada PEC 32/20, da reforma Administrativa.

Será preciso seguir lutando contra passagem da "boiada"

Para a Condsef/Fenadsef a saída de Ricardo Salles, ainda que bem-vinda, ainda não pode ser considerada como sinal de dias melhores para a Área Ambiental. "A resistência diária a esse desgoverno precisa continuar se intensificando. Unidos resistiremos a todas as tentativas de ataque ao setor público", destacou o secretário-geral da entidade, Sérgio Ronaldo da Silva.

Prova disso está na aprovação hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, por 40 votos a 21, do PL 490 que muda a demarcação de terras indígenas no Brasil. No Twitter o deputado



Carlos Zarattin lamentou o resultado.

Lideranças e representantes de diversos povos indígenas foram duramente reprimidos pelas polícias enquanto promoviam protestos pacíficos em Brasília contra o projeto que abre caminho também para grilagem de terras e uma série de crimes ambientais. A Condsef divulgou nota cobrando a saída de Marcelo Xavier da Funai, em apoio ao movimento indígena.

Na convocação para o painel e barulhão de logo mais a Ascema Nacional reforçou a importância de gritar bem alto cobrando o #ForaBolsonaro para vão junto Mourão, Guedes, Damares, o substituto de Salles e os demais membros desse desgoverno.

Condsef/Fenadsef



Comissão da PEC 32 faz 1ª audiência pública

A comissão especial da “reforma” administrativa fez nesta terça-feira (22) a primeira audiência pública, de 12 programadas, com o relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA), antecipando possíveis alterações no texto. A sessão de hoje foi de caráter mais técnico, enquanto se aguarda a participação do ministro da Economia, Paulo Guedes, prevista para o próximo dia 30, data ainda a ser confirmada. Segundo Maia, uma questão importante da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, a da estabilidade para futuros servidores, ainda dependerá de regulamentação posterior. O texto fala em estabilidade para carreiras típicas de Estado. “Não pretendemos uma definição do que seja carreira típica de Estado em emenda. Ficaremos na dependência de uma lei complementar”, afirmou.

Intromissão indevida

Ele também citou o tópico sobre livre nomeação de cargos de chefia, manifestando discordância. “Eu me associo a todos aqueles que entendem esse ponto da PEC deve ser modificado”, adiantou o relator. Segundo Maia, a preocupação é evitar “intromissão indevida política da administração pública”.

Inovação no serviço público foi o tema básico da audiência de hoje. Participaram, entre outros, o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (Ministério da Economia), Caio Paes de Andrade, o presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamen-

tal (Anesp), Pedro Pontual, o presidente na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Diogo Costa, e a livre-docente Irene Nohara, doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP).

Costa, da Enap, comentou as conclusões de um estudo que aponta demora de mudanças no setor público em relação ao mundo do trabalho, com “rígidas” classificações de cargo e um “anacronismo” que impediria o recrutamento de talentos. Pela pesquisa, 23% dos servidores “aposentáveis” até 2030 não pre-



Diogo Costa
Presidente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP (REQ 46/21)

cisariam ser repostos. E 18% dos não “aposentáveis” terão função obsoleta e poderiam ser, inclusive, dispensados. “Isso é um instrumento para o tomador de decisão, não é decisão tomada.”

Fonte: Cut.org.br

Juntos Somos Mais Fortes

SINDSEP/MA SOLIDÁRIO

CAMPANHA DE ARRECAÇÃO DE ALIMENTOS
PARA AMENIZAR A FOME DURANTE A PANDEMIA.

"A luta social cala, aos poucos, a desigualdade gritante".

UNIDOS NA LUTA CONTRA A FOME